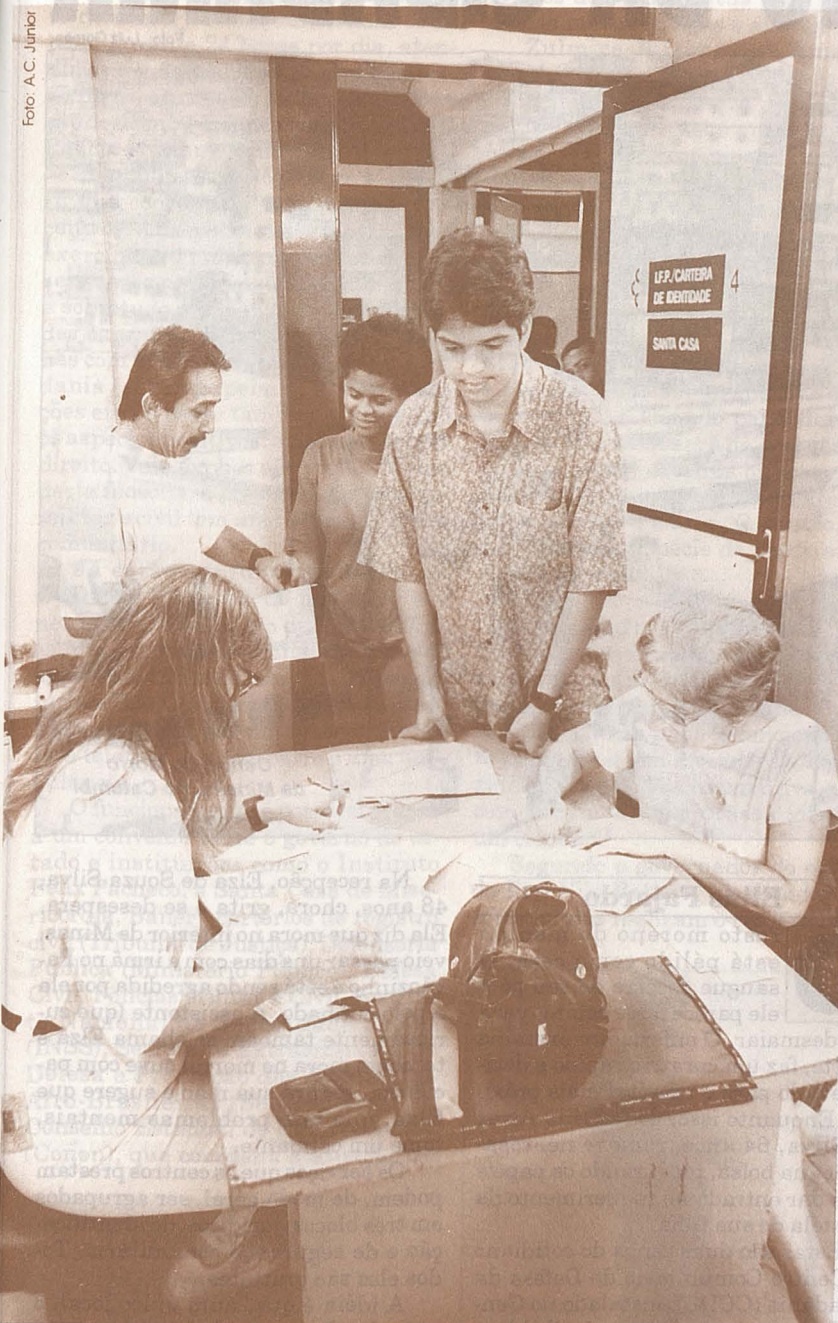


SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

Foto: A.C. Junior



Centro
Comunitário
de Defesa da
Cidadania de
Nova Aliança,
Bangu

COMPORTAMENTO

Menos crianças
na Rússia

Página 10

COMPORTAMENTO

A morte do
escritor Ornetti

Página 11

A cidadania no dia a dia

O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Foto: Luiz Gomes



Centro do Morro da Mineira, no Catumbi

Os centros comunitários de defesa da cidadania oferecem serviços jurídicos, de identificação e de emergência em áreas pobres. Eles já fazem parte da paisagem urbana carioca

Elias Fajardo

O rosto moreno do menino está pálido como cera. O sangue escorre de seu pé e ele parece fazer esforço para não desmaiar. O enfermeiro examina o corte, faz um curativo rápido e decide levá-lo para o hospital mais próximo. Enquanto isso, dona Célia Alves da Silva, 64 anos, remexe nervosamente na bolsa, procurando os papéis para dar entrada no requerimento da curatela de sua filha.

Estas são duas cenas do cotidiano do Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDC), instalado no Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) João Goulart, nos morros Pavão e Pavãozinho, em Ipanema, Rio de Janeiro. São uma pequena amostra dos 4.782 casos de atendimento que tem sido feito desde que foi aberto, há seis meses.

Na recepção, Elza de Souza Silva, 48 anos, chora, grita e se desespera. Ela diz que mora no interior de Minas, veio passar uns dias com a irmã no Pavãozinho e está sendo agredida por ela e pelo cunhado. A assistente (que curiosamente também se chama Elza e também mora no morro) ouve com paciência, segura sua mão e sugere que Elza, que tem problemas mentais, tome um calmante.

Os serviços que os centros prestam podem, de modo geral, ser agrupados em três blocos: jurídicos, de identificação e de segurança comunitária. Todos eles são gratuitos.

A idéia é que, num único local, o morador de comunidades pobres possa tirar carteira de identidade, certidão de nascimento ou atestado de óbito, ter assistência jurídica para legalizar situações familiares (separação do casal, pensão para filhos e cônjuges), abrir cadernetas de poupança, pagar

contas ou receber pagamentos no posto do Banerj. Neles funcionam também, durante 24 horas por dia, atendimentos da Defesa Civil (primeiros-socorros, auxílio em acidentes e remoção de doentes para a rede hospitalar), Polícia Militar e Polícia Civil.

Segundo a socióloga Vera Malaguti, que coordena a implantação dos centros, a proposta deles é permitir o exercício da cidadania positiva. Ou seja, fazer com que o cidadão comum, e sobretudo o que vive em comunidades carentes, deixe de conviver apenas com os aspectos negativos da cidadania (ser interpelado, sofrer punições etc.) e passe também a vivenciar os aspectos positivos: aquilo a que tem direito. Vera explica ainda que, dentro desta filosofia, a presença das polícias militar e civil tem um caráter de apoio comunitário.

Já estão em funcionamento os CCDC de Ipanema, do morro da Mineira, no Catumbi, e o de Nova Aliança, em Bangu. Até o final do ano, deverão estar abertos mais 12, incluindo um em São Gonçalo, Campos, Jacarezinho e Acari. Cada um deles já tem ou terá telefone, fax, um carro e uma ambulância.

O funcionamento é possível graças a um convênio entre o governo do estado e instituições como o Instituto Félix Pacheco, a Santa Casa de Misericórdia, Banerj, cartórios de registro civil (Tribunal de Justiça), Defensoria Pública (Ministério Público), Defesa Civil, Polícias Militar e Civil, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (Seafro), além do Conselho Estadual de Entorpecentes (Conen), que coordena a atuação de

grupos de ajuda mútua para dependência mútua (drogas e álcool).

Zulmira Bittencourt Amador, coordenadora do centro do Pavão e Pavãozinho, explica: "Aqui, o cidadão se sente respeitado, sabe que conta com os serviços públicos essenciais. Atendemos a bairros que, somados, têm uma população de mais de 20 mil pessoas." O curioso é que cresce a cada dia o número de pessoas que não moram no morro (chamados de "pessoal do asfalto") que vêm em busca de documentos ou atendimento. Alguns serviços são exclusivos para os moradores, mas a maioria pode ser usada por qualquer cidadão. Grande parte dos que vêm de fora também é de pessoas humildes, como porteiros ou empregadas domésticas, e tem gente até das zonas Norte e Oeste. O centro, assim, faz uma espécie de ponte entre o morro e o asfalto.

Tornando-se cidadãos - O CCDC de Ipanema faz uma pesquisa constante entre os usuários e as respostas são significativas. "Finalmente, alguma coisa pública funciona neste país", disse um morador do Pavãozinho. "É uma idéia construtiva, pois, com documentos, a pessoa torna-se um cidadão."

Segundo o governador do estado do Rio, Nilo Batista, idealizador dos centros, eles realizam o resgate da ci-

dadania, deixada de lado por mais de 20 anos, para atender a interesses econômicos e políticos. Os habitantes das áreas urbanas marginalizadas, como se pode ver nas declarações dos usuários, são as maiores interessadas nesta recuperação dos direitos do cidadão.

Mas os novos cidadãos também sabem cobrar. Um rapaz do Pavãozinho disse: "Deve ser realmente para uso das comunidades. E os funcionários têm de cumprir horário." E outro do morro do Cantagalo acrescentou: "Está agradando, mas pode crescer ainda mais." Tem gente que sugere que o centro permaneça como está. Outros querem que se amplie o atendimento acrescentando a presença do Juizado de Menores, Justiça do Trabalho, setor cultural e aumentando os primeiros-socorros. E um morador do Leblon acrescentou: "O atendimento deve ter mais explicações sobre o procedimento a ser adotado."

Na verdade, o cidadão comum ainda não se acostumou a ver a Justiça como coisa sua, a seu serviço, já que tradicionalmente a sociedade apresenta a ele um aparelho judiciário inacessível. Daí a importância do setor jurídico.

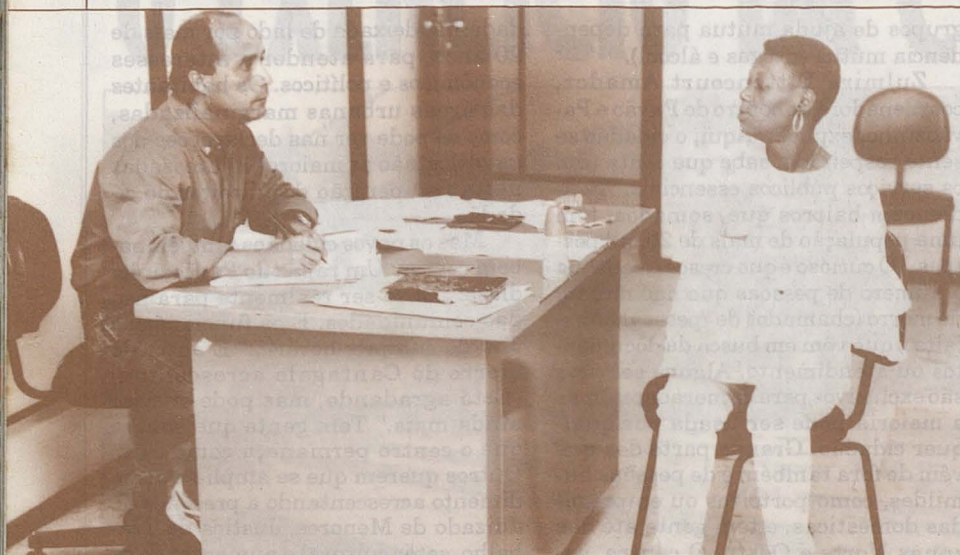
Uma das experiências esboçadas através dos centros é a de uma administração co-participativa das lideranças comunitárias. Para isto, existe

Foto: A. C. Junior



O centro do Pavão e Pavãozinho atende gente do morro e do asfalto

Foto: A. C. Junior



A Fundação Leão XIII dá isenção de taxas para documentos

dona da casa deu queixa no Centro de Defesa da Cidadania, alegando que a culpa era dos PMs que teriam atirado.

A Defensoria Pública acolheu a queixa e contactou o batalhão da PM acusado. Mas o marido da queixosa pediu para cancelar a ação, pois ele achava mais prudente resolver o assunto com *durepox*, consertando a caixa d'água.

Segundo a coordenadora do centro, "é preciso vencer o ceticismo e a descrença dos moradores". Para tanto, é necessário superar também a falta de compromisso do funcionalismo público com as populações de baixa renda.

Mas essas dificuldades só serão vencidas com o tempo e a continuidade do trabalho. Com a prática a população se convence de que os policiais dos centros estão lá para ter uma atuação comunitária, e não repressiva. Foi o caso de um garoto de 15 anos que sumiu de casa. A mãe, desesperada, procurou o centro. O policial percorreu várias instâncias e não o encontrou. Finalmente, descobriu-se que o sumido, que trabalhava numa farmácia, havia pegado um dinheiro do dono para depositar no banco e, em vez disso, comprou uma bicicleta. A mãe procurou o centro para demonstrar seu temor de que o filho virasse ladrão. O policial a aconselhou a não bater no rapaz e o dono da farmácia concordou em não dar queixa.

Nova Aliança – O Centro de Defesa da Cidadania de Nova Aliança, em Bangu, se funde com a figura de seu coordenador, o cabo da PM Josafat Rodrigues, o *Fafá*, de 39 anos. Em

no de Ipanema um conselho comunitário, que está presente e executa sua crítica no dia a dia. Carlos Dionísio é presidente do conselho comunitário e comenta: "Algo assim já devia ter existido há muito tempo. Os governos passados não davam importância à cidadania. Chegou no momento certo e nós temos a obrigação de preservar e conservar este centro."

Morro da Mineira – Na esquina do morro com a cidade, ao lado do campo de futebol, está o centro comunitário do morro da Mineira, uma das favelas mais problemáticas do Rio de Janeiro, dada a presença intensa e constante do tráfico de drogas. A paisagem é característica: ruas irregulares, ladeiras com cheiro de esgoto no ar, cães fuçam grandes latões onde se deposita o lixo, os becos enfeitados com bandeiras verdes e amarelas, pipas rasgando o ar. Tem até mesmo ecos da distante vida rural: uma montanha com árvores e pasto ao fundo e carneiros que passeiam entre as vielas. E, na maior parte do tempo, os gritos de crianças, muitas delas caçando grilos na grama do centro.

O centro comunitário do morro da Mineira teve uma implantação difícil. Foi contestado pelos traficantes, que não queriam uma instituição que tivesse polícia por perto dos seus domínios. O governo do estado insistiu,

pressionou, fez muitas reuniões e o prédio de 515,62 m² de área está lá, desafiando as pressões e, ao mesmo tempo, com uma mensagem serena de que é possível chegar ao exercício da cidadania mesmo nos lugares mais difíceis.

De março a junho foram atendidas cerca de duas mil pessoas, segundo sua diretora Maria Lúcia Araújo Pazian. A maior procura é de gente interessada em tirar carteira de trabalho e de primeiros-socorros. Maria Lúcia considera que a parte de atendimento jurídico vai ser da maior utilidade na área, na medida em que as pessoas tomem conhecimento da existência dela e criem uma rotina de seu uso.

Mas o atendimento começa em casa. Havia um funcionário do centro que trocou seu telefone e não recebeu a contrapartida. Procurou a Defensoria Pública, que fez contato com a outra parte, que não devolveu o telefone, mas pagou o preço correspondente a ele.

No entanto, para exercitar os direitos, é preciso vencer o medo. O que, numa das favelas mais antigas do Rio, com cerca de 50 anos, onde nunca houve antes um posto policial, é algo bem difícil. Um exemplo da prevalência do medo é esta história, que começa com um tiroteio no morro. As balas furaram a caixa d'água de uma casa. A

seus 20 anos de polícia, ele trabalhou inicialmente patrulhando favelas, desde a da Maré até Vila Cruzeiro. "Vi o povo sofrido, castigado, e cisme de ajudar", diz. Começou organizando time de futebol e festas comunitárias. Depois abriu uma barraca (restaurante e bar) e separava uma parte do lucro para fazer doações: material esportivo, dinheiro para o pão, remédios, além de contatar empresários para pedir empregos para as pessoas da favela. Foi eleito presidente da associação de moradores em 1991 e transformou-se numa unanimidade no bairro: todos o procuram para solucionar os problemas mais diferentes. "Essa comunidade me ajudou muito, frequentando meu estabelecimento comercial e me dando condições de ter algum recurso para ajudá-los", afirma.

O resultado são os números de atendimento do centro de Nova Aliança. Em dois meses e meio (de 17 de março ao fim de maio), foram 7.412 casos. É uma comunidade de cerca de 13 mil habitantes e os bairros vizinhos, que somados, dão 40 mil moradores. E nem todos os setores estão ativos, pois faltam o Juizado de Pequenas Causas, Promotoria e INSS.

Na manhã ensolarada de junho, o prédio parece brilhar, cheirando à limpeza. Não pára de chegar gente. O PM enfermeiro, nervoso, tenta encontrar uma condução para internar um doente e acaba conseguindo.

"Lido com todo mundo com sinceridade e todos têm confiança em mim", continua Fafá. "Me sinto feliz de ajudar, recebo remédios de laboratório (mais de 100 caixas distribuídas toda semana), comida de supermercados e dinheiro das pessoas do bairro para construir a creche e a sede da associação de moradores. Não olho para a cara e nem

quero saber quem estou ajudando." Ele às vezes chora, como aconteceu diante do olhar agradecido de um adético para o qual havia conseguido internação.

Este clima de solidariedade estimula atitudes semelhantes. Voluntários fazem a limpeza e trabalham no posto do Instituto Félix Pacheco, cujos funcionários estão em greve. "Nossos braços estão abertos, o que quiserem doar a gente recebe", sorri Fafá, cujo pai o ajuda nos mutirões noturnos para calçar ruas e cuja mulher e filhos estão tão engajados na melhoria da qualidade de vida dos moradores quanto ele próprio.

O centro nunca teve problema com traficantes, e Fafá praticamente obriga as crianças a assistirem palestras sobre drogas. Além disso, ele dá aulas

de ginástica à noite e o PM Ayres ensina xadrez aos interessados. Segundo ele, o segredo é acreditar na formação familiar recebida dos pais e reconhecer as necessidades do ser humano, "que vive uma crise e um vazio muito grande, maior ainda nos locais pobres".

Nova Aliança oferece ainda um serviço específico, da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários. O assistente jurídico Rogério Gomes de Araújo explica que a região pertence à antiga fábrica de tecidos Bangu, que foi vendendo seus terrenos para pagar aos credores. A área foi sendo ocupada por pessoas pobres e o estado do Rio de Janeiro fez um decreto de desapropriação. O próximo passo é pagar a indenização à Companhia Bangu de Desenvolvimento. Enquanto isto, os moradores estão ganhando títulos de concessão de uso com direito real.

Na fila de espera, a cozinheira comercial Ivonete Reis, de 45 anos, tem um brilho de esperança nos olhos. Tentou três vezes tirar certidão de nascimento na Campanha da Cidadania e não conseguiu. Agora acha que vai ter o documento, e acrescenta: "É preciso melhorar o mundo."

Fafá explica que, às quintas-feiras, os serviços de identificação só atendem aos idosos. Uma moça se aproxima e vem pedir mais vitaminas.

Ele pergunta: "Você está bem ou mal-amada?". Ela responde: "Mal". "Então é por isso que se queixa de doença", retruca ele.

No mês de julho, começam a ser construídos os centros comunitários de defesa da cidadania de Campos, Acari, São Gonçalo e Jacarezinho. E foram liberados em junho mais de 7 bilhões de cruzeiros reais, destinados à construção de oito centros e a equipar os já existentes. ■

Em Nova Aliança, 'Fafá' e a garotada constroem juntos a cidadania



GENOCÍDIO

Pesquisa realizada pela Pastoral da Criança, ligada à Igreja Católica, aponta que ocorreu uma elevação de 15% na taxa de mortalidade infantil no país. O estudo foi feito junto a 1,3 milhão de famílias carentes de mais de 2 mil municípios brasileiros. O número mostra uma inversão do quadro, já que, desde 1989, o índice de mortalidade de crianças entre essas famílias era decrescente.

Segundo o Ministro da Saúde, Henrique Santillo, um verdadeiro "genocídio" está ocorrendo no Brasil causado pela miséria. O fato pode ser constatado pelo aumento nos índices de mortalidade infantil no interior de estados nordestinos e na periferia de centros urbanos, como Rio e São Paulo.

Santillo atribui parte da responsabilidade pelo aumento da mortalidade à "seca prolongada no Nordeste, combinada com o cólera e a desnutrição". O ministro culpa também a "vergonhosa" concentração de renda no país.

INJUSTIÇA SOCIAL

O Brasil apresenta a segunda maior concentração de renda do mundo, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), perdendo apenas para Botsuana, na África. Os 20% mais ricos da população do Brasil têm renda 32 vezes superior aos 20% mais pobres. Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano 1994, as disparidades entre as regiões do Brasil também são enormes.

A distância entre os índices sociais e econômicos do Nordeste e os estados do Sul do país são maiores do que a existente entre a região de Chiapas, palco de uma rebelião civil no início do ano, e o restante do México. A região Nordeste do Brasil tem potencial "para o surgimento de conflitos", adverte o relatório.

O país ocupa o 63º lugar entre 173 países no setor de desenvolvimento humano, considerando fatores como expectativa de vida, nível educacional e poder aquisitivo. A colocação melhorou em comparação com o levantamento de 1993, quando o país ocupou o 70º lugar. Mas a concentração de renda aumentou, já que no ano passado os ricos brasileiros ganhavam 26 vezes mais que os pobres.

O Canadá é o país que apresenta o melhor índice de desenvolvimento humano, seguido da Suíça, Japão, Suécia e Noruega. Guiné ocupa o último posto da lista.



CONTRA O DESPERDÍCIO

Pesquisadores do Laboratório de Gnotobiologia da Universidade Federal de Minas Gerais estão realizando experiências de transformação de frutas, verduras e legumes que normalmente vão para o lixo em uma farinha que teria alto valor nutritivo. Para que o uso do alimento possa ser aprovado, basta apenas que o governo financie a última etapa do projeto, que prevê a comprovação do teor de vitaminas, minerais e a toxicidade do produto. O valor necessário é de US\$ 170 mil.

Os alimentos usados nas pesquisas são geralmente descartados pelos consumidores, como bananas com casca muito escura, pimentões murchos e tomates, quiabos e repolhos amassados ou muito maduros. Apesar de não apresentarem um aspecto muito bom, os alimentos mantêm o valor nutritivo.

Num primeiro momento, os alimentos são lavados e esterilizados numa espécie de panela de pressão. Em seguida, colocados numa estufa à temperatura de 60° C para não perder os nutrientes durante o processo de secagem. Os alimentos são então moídos e transformados em farinha. O pó vegetal pode ser um alimento complementar importante, combatendo a fome e o desperdício de comida. Com a farinha, já foram feitos bolos, biscoitos, massa de pizza e até pão-de-queijo.

ACESSO À TECNOLOGIA

O Brasil poderá se livrar das restrições ao acesso de tecnologia de ponta impostas pelos países desenvolvidos após ter assinado em 31 de maio o Tratado de Tlatelolco, que regulamenta o desarmamento nuclear na América Latina e no Caribe. A opinião é do senador Dirceu Carneiro (PSDB-SC), relator do projeto de salvaguardas nucleares.

Pelo tratado, o Brasil se compromete a não produzir, fabricar, armazenar, depositar ou vender armas nucleares e tem assegurado o poder de utilizar a energia nuclear e as tecnologias de ponta para fins pacíficos.

Possuidor da terceira maior reserva de urânio do planeta e com 60% do território ainda não-prospectado, o Brasil realiza experiências sobre o uso de elementos nucleares na medicina e na destruição de bactérias que contaminam alimentos.

Ciência e comunidade

A Universidade Federal do Espírito Santo – onde se realiza este mês a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – caminha cada vez mais para uma integração com a sociedade capixaba

Antonio de Pádua Gurgel

Mesmo enfrentando dificuldades orçamentárias como a maioria das instituições de ensino público do país, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) completa 40 anos de atividades dando destaque aos projetos de integração com comunidades, procurando ultrapassar os limites do campus universitário. A ciência também está em alta na instituição, que será sede este mês da 46ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

O tema central do encontro é “Ética e Consolidação da Democracia”. Mais de 15 mil pessoas deverão comparecer às 40 conferências e 142 mesas-redondas, onde serão discutidas questões como a inflação brasileira, desafios da saúde pública, cinema nacional, fome no país, favelização e meninos de rua. Durante o evento, serão apresentados 1.600 trabalhos científicos e mil de iniciação científica.

Um dos principais programas paralelos da reunião será a 2ª SBPC Jovem, direcionada a estudantes de 1º e 2º graus, com a realização de palestras, conferências, mostra de vídeos educativos e oficinas. Outro destaque é a Expociência, onde serão apresentados novos produtos que ainda não estão sendo comercializados.



Foto: David Protti

O projeto de integração universidade-comunidade prevê também a defesa dos direitos do cidadão, com atendimento jurídico gratuito

Universidade e comunidade – Os projetos de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo visam a integração da unidade acadêmica com a realidade da população capixaba, procurando melhorar a qualidade de vida de pessoas carentes. Na área da saúde, técnicos da universidade realizam exames preventivos de hipertensão arterial e diabetes. Há também tratamento de casos de câncer de pele, cárie e consultas gratuitas ou a preço reduzido com psicólogos. A Ufes desenvolve na área o projeto “Cada doido com sua mania”, que estimula a criação artística em pacientes de psiquiatria. A instituição oferece ainda cursos de educação e saúde comunitária para mães que amamentam e aulas de pré-escolar na comunidade de São Pedro.

O projeto de integração universidade-comunidade procura também informar e garantir o cumprimento dos direitos do cidadão. A Ufes montou um escritório de advocacia, onde

estudantes de Direito, com orientação dos professores, atendem gratuitamente pessoas que normalmente não teriam condições de contratar os serviços de um advogado. A universidade também oferece serviços de produção e de difusão cultural nas áreas de artes plásticas, literatura, folclore, música e cineclube, e aulas de capoeira, futebol, dança de salão e afro.

O projeto da reitoria da Ufes inclui também a construção do Centro de Vivência, que terá sala de cinema, teatro, livrarias e lojas de discos cujos aluguéis serão revertidos integralmente para o financiamento de bolsas de estudo, a serem distribuídas pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Projeto abrangente – A reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo vem promovendo também programas de descentralização administrativa e orçamentária, ampliação das instalações da instituição para permitir um maior número de atividades, informatização dos departamentos e de avaliação dos cursos de graduação.

Com o processo de descentralização, fica a critério dos coordenadores de cada unidade a decisão sobre como gerir sua dotação. Os equipamentos de informática à disposição da universidade foram ampliados em quase 400% nos últimos 30 meses. ■

O atraso científico da África negra

Edouard Bailby

O professor paquistanês Ab-dus Salam, Prêmio Nobel de Física em 1979, considera que "o abismo entre o Norte e o Sul no campo da ciência é tão profundo quanto o abismo que existe no plano econômico ou no que diz respeito à qualidade da vida". De fato, em 1990 havia cerca de 3.600 cientistas e engenheiros por um milhão de habitantes no mundo industrializado. Em Israel e no Japão essa porcentagem chegou a 5.500. Em contrapartida, os países do Terceiro Mundo tinham no mesmo ano 200 cientistas e engenheiros por um milhão de habitantes!

No seu primeiro relatório sobre a ciência no mundo, publicado em fevereiro passado, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) confirmou que os benefícios da ciência na alvorada do século XXI continuam sendo privilégio dos ricos. Mais de 80% das atividades relacionadas com a pesquisa e o desenvolvimento estão nas mãos de algumas nações industrializadas. Enquanto que a Nigéria dedica à pesquisa apenas 22 centavos de dólar por habitante e a maioria dos países latino-americanos em torno de doze dólares por ano, os doze países membros da União Européia gastam juntos mais de 300 dólares em média por habitante.

Poucos recursos para a pesquisa – Esses dados não são suficientes para conhecer o desequilíbrio real entre o Norte e o Sul no campo da ciência. É necessário também levar em conta a proporção do Produto Interno Bruto (PIB) que cada país reserva à

pesquisa orientada para o desenvolvimento.

Neste ponto em particular as últimas estatísticas conhecidas são bastante significativas. Basta dizer que o Japão, os Estados Unidos e a União Européia ocupam, mais uma vez, os primeiros lugares. O mais surpreendente é que os quatro "tigres asiáticos" – Coreia do Sul, Malásia, Singapura e Formosa, além do território britânico de Hong Kong, gastam hoje com pesquisa para o desenvolvimento uma parcela mais importante de sua riqueza (1,6% do PIB) do que algumas nações européias, o Canadá e a Austrália.

Sem especialistas ou recursos para adquirir novos equipamentos, os países africanos enfrentam grande dificuldade para superar a barreira tecnológica que os separa do Norte



África negra: um continente com poucas universidades

O continente africano, por seu lado, só dedica a essas atividades 0,5% do seu PIB, o que demonstra o seu considerável atraso em relação ao resto do mundo.

Convém estabelecer outras comparações para medir a diferença entre os países que fazem da pesquisa um elemento motor do seu desenvolvimento e os que lhe dão uma importância relativa. Enquanto o Japão dispõe de 4,7 cientistas e engenheiros por mil habitantes, superando até Israel (4,4) e os Estados Unidos (3,8), o Terceiro Mundo no seu conjunto tem apenas um cientista por cada 5 mil habitantes. Quanto ao Oriente Médio, à Índia e à África negra, que são as regiões do mundo mais atrasadas nesse campo, elas têm apenas 0,1 cientista ou engenheiro por cada mil habitantes.

A situação dos países africanos é particularmente dramática. Além da falta de cientistas e engenheiros que possam acelerar o desenvolvimento através das suas pesquisas, eles não têm recursos suficientes para adquirir equipamentos modernos e assegurar a sua manutenção. É um problema da maior importância que poderá ter consequências incalculáveis no futuro. Aliás, produzidos nos países industrializados por multinacionais poderosas, esses equipamentos não se adaptam, na maioria das vezes, às necessidades das nações subdesenvolvidas.

Redução das bolsas de estudo

Por falta de estruturas universitárias, a África negra é a região do Terceiro Mundo que tem o maior número de estudantes no exterior em relação ao número de habitantes, ou seja, 14,4% dos que seguem um curso superior. Calcula-se que cerca de 100 mil africanos da região subsaariana estão matriculados fora do seu próprio país. Atualmente, as três nações industrializadas que têm o maior número de estudantes estrangeiros são os Estados Unidos (400 mil), a França (136 mil) e a Alemanha (90 mil). Mas com a recessão econômica e as novas leis migratórias, a França e a Alemanha, para citar apenas estas duas nações da União Européia, estão começando a reduzir o número de bolsas de estudo destinadas aos africanos.



A União Soviética recebia anualmente milhares de bolsistas africanos. Hoje, tanto a Rússia quanto as nações da União Européia reduziram drasticamente as bolsas de estudos para os jovens africanos



Já a União Soviética, antes do seu desmoronamento, recebia anualmente milhares de bolsistas africanos, a tal ponto que hoje em dia não é difícil encontrar na administração local e nas organizações internacionais funcionários dessa região que falam russo.

Há, por outro lado, um fato novo que vai alargar o fosso entre o Norte e o Sul no campo da ciência. É que os países industrializados preferem agora oferecer bolsas a universitários de outros países industrializados. As multinacionais têm nesta política uma responsabilidade particular,

uma vez que elas necessitam de cientistas e engenheiros para as suas cursais que se estabelecem em número crescente nas nações do antigo campo socialista.

Se os países do Sul não reforçarem a sua política de cooperação mútua para enfrentar o poderio dos mais ricos, a nova ordem mundial significará o distanciamento cada vez maior entre os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. No caso da África negra, esta terá ainda mais dificuldades em reduzir o seu atraso tecnológico e científico. ■

RÚSSIA

Diminui a família

A crise econômica e a incerteza sobre o futuro estão mudando o perfil demográfico da mais importante ex-república soviética

Rajiv Tiwari

Os dados oficiais revelam que na Rússia nascem cada vez menos crianças e morre mais gente. Em 1992, a população do país diminuiu pela primeira vez desde o fim da II Guerra Mundial e chegou a pouco mais de 148 milhões de pessoas.

Os nascimentos se reduziram nos últimos três anos a quase um terço e as estatísticas de fevereiro mostram que há 11% menos bebês este ano do que em 1991. As taxas de óbitos, por sua vez, subiram cinco por cento.

Os especialistas afirmam que a razão da queda no número de nascimentos é simplesmente porque os russos não podem se dar ao luxo de colocar crianças no mundo. Cada vez menos casais se casam e decidem ter filhos. "A crise familiar na Rússia é profunda e ameaça a existência da família como instituição social. As razões são muitas, mas a principal é a econômica", afirma a socióloga Svetlana Bestuzheva-Lada em um artigo publicado recentemente.

A espiral de preços, a contínua instabilidade e o fim do Estado paternalista soviético – que, entre outras medidas, estimulava o nascimento de crianças através da entrega de medalhas às "mães heroínas" (as que tinham mais de dez filhos) – reduziram a vontade dos jovens de serem pais.

A Rússia está à beira da hiperinflação – definida como uma inflação superior a 50% ao mês ou mais – e o sistema de saúde pública está entrando em colapso, sufocado pela onda privatizante.

O passado era melhor – Algumas mães afirmam que sentem saudades da época em que o governo comunista dava roupas, alimentos e brinquedos e investia grandes somas no futuro da criança. Esse sentimento foi confirmado por uma pesquisa rea-



Na nova Rússia, se vêem cada vez menos crianças

lizada em Moscou em novembro passado, segundo a qual um quarto dos entrevistados afirmou que vivia melhor na época do ex-dirigente soviético Leonid Brejnev, conhecida na Rússia como "a era da estagnação". Só cinco por cento dos consultados afirmaram que agora está melhor.

Preocupados com a queda da natalidade, os legisladores russos decidiram dar ajuda aos pais que quisessem ter filhos e dobraram a licença maternidade de 18 meses para três anos. Mas a desvalorização do rubro (a moeda russa) e o crescente desemprego afetaram em primeiro lugar as mulheres, deixando-as gradualmente sem trabalho, inclusive aquelas que ocupavam cargos no setor de serviços.

Minrauz Nazmetdinova, diretora da Comissão de Mulheres, Família e Proteção das Mães e das Crianças no Parlamento russo disse em um pronunciamento oficial que as maternidades em todo país estão quase vazias; a maioria das mulheres grávidas prefere abortar a terem os bebês. "A cada ano se fazem quatro milhões de abortos na Rússia, e esta é uma estimativa conservadora", assinalou. "Cinquenta por cento dos casais não têm filhos e a maioria dos restantes 50% só tem um filho."

As cifras mostram que o fenômeno não é exclusivamente russo. Os índices de natalidade estão baixando em praticamente todas as ex-repúblicas soviéticas, à exceção dos cinco Estados do centro da Ásia, onde as economias relativamente atrasadas permitem conservar laços familiares muito fortes.

O drama dos jovens – Mais de 80% das mulheres e homens adultos russos abaixo de 30 anos estão casados, mas dois terços desses jovens ainda não têm nenhuma profissão e não podem sustentar suas famílias. "Se um bebê nasce, se torna mais uma criança que tem que ser criada pelos avós", assinala o semanário *Megápolis Express*, em um artigo que aborda esse assunto.

O problema de moradia está quase tão grave quanto o desemprego e a dificuldade de acesso à educação. É quase impossível para um casal de classe média conseguir um apartamento de quarto e sala e ainda mais difícil comprar um pequeno apartamento de cooperativa. "Só um ingênuo ou um irresponsável pode esperar hoje em dia ajuda material do Estado quando decidir formar uma família, menos ainda ter um bebê", afirma a socióloga Bestuzheva-Lada. ■

A morte de Onetti

Com o desaparecimento do escritor uruguaio Juan Carlos Onetti, a literatura de língua hispânica perde um dos seus principais expoentes

Daniel Mazzone

Para Juan Carlos Onetti, o escritor uruguaio que morreu aos 84 anos, só o amor recompensa os seres humanos da inevitabilidade da morte. “É a única compensação que Deus nos deu em troca de nos condenar a morrer”, disse certa vez.

Casado quatro vezes, opinava que “cada vez que a pessoa se apaixona, acha que o amor é eterno e depois você percebe que não é bem assim. Por exemplo, para mim, com Dolly – sua última esposa – é, realmente, eterno. Com a minha idade... não poderia ser diferente, não é mesmo?”

A vida de Onetti, morto em Madri, em fins de maio, transcorreu em sua maior parte nas capitais rio-platenses de Montevideú e Buenos Aires para culminar em Madri, onde se radicou depois de libertado pela ditadura militar uruguaia sob intensa pressão internacional, em 1975.

Preso em 1974, aos 66 anos de idade, como integrante de um jurado literário que premiou um conto considerado ofensivo pelas autoridades policiais, foi internado sob vigilância num sanatório de Montevideú, devido à sua precária saúde.

Já na Espanha, manifestou reiteradamente que não desejava voltar a seu país porque “havam transcorrido muitos anos e tudo aquilo e eu estamos mais velhos. E depois, o tempo vai passando e as coisas e os amigos se vão... Afinal, a vida é assim e não há nada a fazer...”

A mítica Santa María – Junto a Montevideú, Buenos Aires e Madri, uma quarta cidade marcou sua vida: Santa María, cenário de todos os seus romances. A cidade imaginária virou cinzas num incêndio em seu romance *Dejemos hablar al viento*, mas ressurgiu milagrosamente no úl-

timo *Cuando ya no importe*.

Onetti, que era fascinado por Buenos Aires – cidade na qual viveu dois períodos (1930-34 e 1941-55) – justificava a invenção da cidade mítica dizendo precisar de um lugar que, ao contrário de Buenos Aires, pudesse controlar.

“Santa María eu domino. Eu a sinto. Posso modificá-la, construir, desconstruir... Além disso, Buenos Aires já foi completamente explorada por Roberto Arlt.”

Em outra oportunidade afirmou que “Santa María não existe fora dos meus livros. Se existisse, certamente eu faria ali o mesmo que faço hoje. Mas, naturalmente, inventaria uma cidade chamada Montevideú”.

Autor de uma das maiores obras da língua hispânica, que começa com *El pozo* (1939) e chega ao seu ponto máximo com *El astillero* (1951), Onetti dedicou à sua agente, a catalã Carmen Balcells seu último romance “pelo único motivo de agradecer-lhe tudo que me fez”. Certamente, porque a ela o escritor devia boa parte do êxito literário e financeiro que desfrutou nos últimos anos de sua vida.

Automarginalizado dos círculos literários e longe das homenagens que freqüentemente e em múltiplos âmbitos tentavam lhe prestar, Onetti viveu preocupado “em escrever bem. A única coisa que me importa é sentar-me para escrever, ou escrever na própria cama. Se Proust o fazia, porque eu também não vou poder fazê-lo? Só há um caminho – havia dito várias déca-



Montevideú, berço e fonte de inspiração para Onetti

das atrás –, aquele que houve sempre. Que o criador de verdade tenha a força de viver solitariamente e mergulhar dentro de si mesmo. Que ele compreenda que não temos pedagas a seguir, que cada um deve fazer o seu próprio caminho.”

Onetti, que nem chegou a terminar o segundo grau, havia se referido em diversas ocasiões à morte, a qual imaginava como “a sensação que tenho quando consigo dormir. É uma sensação de felicidade muito grande... me sinto bem, como um barco que se afasta lentamente da terra e entra no mar...”

O último de seus 14 romances, *Cuando ya no importe* (1993), o terceiro escrito na Espanha, termina precisamente com “a palavra morte, sem que seja necessário escrevê-la”.

Diz o romance: “Há nesta cidade um cemitério marinho, mais belo que o poema. E há ou havia ou houve ali, entre verdes e água, uma tumba em cuja lápide se gravou o sobrenome da minha família. Depois, em algum dia repugnante do mês de agosto, chuva, frio e vento, irei ocupá-la, com não sei que vizinhos.”. E conclui: “E além do mais, como já foi escrito, choverá sempre.” ■

COLÔMBIA

Vitória apertada de Samper

A vitória eleitoral do liberal Ernesto Samper Pizano, de 43 anos, ex-ministro de Desenvolvimento do presidente Cesar Gaviria, foi ofuscada pelas acusações da imprensa colombiana de que sua campanha teria sido financiada pelo narcotráfico. Samper rapidamente negou as denúncias e pediu uma investigação à Justiça.

Tudo começou com a divulgação de conversas telefônicas entre o jornalista

Alberto Giraldo – considerado o homem responsável pelas relações públicas do Cartel de Cáli – e membros da equipe de Samper. O assunto: financiamento da campanha. Gravações similares comprometem também o candidato derrotado, Andrés Pastrana, que também negou a veracidade das mesmas. Giraldo admitiu em uma entrevista na televisão que o Cartel de Cáli quis dar dinheiro para a campa-



Gravações telefônicas comprometem Samper e Pastrana com o narcotráfico

nha de ambos os candidatos, mas afirmou que o apoio foi recusado.

A acirrada disputa entre Samper e Pastrana, que na última enquete anterior à eleição estavam empatados em 48% das preferências, fez com que o segundo turno das eleições fosse uma verdadeira batalha campal entre ambas as máquinas partidárias, na qual foram consumidos rios de dinheiro. O governo autorizou cada um dos candidatos a gastar dois milhões de dólares no segundo turno, mas ninguém tem dúvida de que os valores reais foram muito superiores. Tanto os liberais como os conservadores contaram com assessoria de marketing eleitoral de especialistas norte-americanos.

Com 50,3% dos votos válidos, que lhe asseguraram a vitória por pouco mais de 100 mil sufrágios sobre seu adversário, Samper deverá colocar em prática uma política econômica menos ortodoxa que seu antecessor Gaviria, membro do mesmo partido. O recém-eleito presidente defende uma privatização moderada e a presença do Estado em certos setores, como a área social. Aos traficantes havia prometido “julgamentos justos” e à opinião pública “prisões seguras”, em uma alusão à cinematográfica fuga do já falecido Pablo Escobar.

Cúpula Ibero-americana

Os governantes dos 23 países que participaram da Quarta Conferência de Cúpula Ibero-americana defenderam a criação de um grande mercado comum continental. A Declaração de Cartagena, aprovada no encontro, defende a fusão dos tratados de livre comércio para viabilizar esse grande acordo. E solicita a aproximação da União Européia e a organização dos países da Bacia do Pacífico.

Também enfatiza a necessidade de consolidar os regimes democráticos, reduzindo a dívida social provocada pelos ajustes econômicos e fomentando a revitalização da economia. Os di-

rigentes exigiram um maior fluxo comercial entre os signatários da ata final da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt).

As árduas e lentas negociações realizadas no contexto do Gatt dispuseram a futura criação de uma Organização Mundial de Comércio (OCM), cuja hierarquia é similar à do Fundo Monetário Internacional (FMI). Dois candidatos, o brasileiro Rubens Ricupero, atual ministro da Fazenda, e o ex-ministro do Comércio Exterior da Itália, Renato Ruggiero, aspiram a ocupar o cargo de diretor geral da OCM, que será eleito em novembro próximo.

Bolívia

A Procuradoria Geral da República do Brasil aceitou a extradição do ditador boliviano Luis García Meza, pedida pelo governo de La Paz. García Meza deve cumprir na Bolívia uma sentença da Corte Suprema de Justiça, que o condenou a 30 anos de prisão, sem direito a indulto, por quase meia centena de delitos econômicos, contra a Constituição, assassinatos, violação aos direitos humanos e outros, todos cometidos durante seu sangrento governo de 13 meses.

NICARÁGUA

O desafio da unidade



Ortega terá a árdua tarefa de unir um partido rachado

Pela primeira em sua história, a Frente Sandinista viveu uma acirrada disputa pela direção da organização. A importância do fato pôde ser medida pela maciça presença de jornalistas estrangeiros, que acompanharam pessoalmente o I Congresso Extraordinário do partido, realizado em maio passado.

Por um lado, estavam os chamados "ortodoxos", da corrente "Esquerda Democrática", liderada pelo ex-presidente Daniel Ortega e que contava com o apoio, entre outros, do único sobrevivente dos fundadores da FSLN, o comandante Tomás Borge. Do outro lado, se encontravam os "moderados", da corrente "Volta às maiorias", liderada pelo ex-vice-presidente Sergio Ramírez, e da tendência denominada "Os sem corrente", que lançou a candidatura do comandante Henry Ruiz para a secretaria-geral da Frente.

Na verdade, mais do que cargos, estava em jogo a busca de uma identidade para a organização que passou anos na luta armada, experimentou durante uma década o desafio de governar (1979-1989) e, desde 1990, se encontra na oposição.

A corrente dos "moderados" propunha uma "renovação e modernização" do partido. Na prática,

isso significava, entre outros pontos, que se ratificasse a rejeição aos métodos violentos de luta, o abandono do termo "vanguarda" do povo, o fim da hierarquia entre os militantes e a substituição do nome da Direção Nacional pelo de Conselho Executivo Nacional.

Já os "ortodoxos" defendiam a ratificação dos princípios que nortearam o partido na década passada, como o antiimperialismo, o conceito de vanguarda, a hierarquia entre os militantes e a adoção de quaisquer métodos de luta.

Depois de quase 76 horas de debates, votações e tensas reuniões os delegados sandinistas deram a vitória à corrente "Esquerda Democrática", ratificando Daniel Ortega no cargo de secretário geral, por 287 votos de um total de 447 delegados.

Também se escolheu a nova Assembléia Sandinista, máximo órgão deliberativo entre os congressos da organização, integrada por 135 membros. Tanto na Assembléia quanto na Direção Nacional a "Esquerda Democrática" conseguiu ocupar mais de 70% dos cargos.

A incontestável vitória da corrente de Daniel Ortega não encerrou, porém, o intenso debate que se abriu dentro do partido. Poucas vezes a palavra "unidade" ecoou com tanta frequência como durante os três dias do congresso. Mas ainda é cedo para avaliar se a cúpula da Frente Sandinista será capaz de manter coeso o partido, condição *sine qua non* para viabilizar sua vitória nas eleições gerais de 1996.

CARIBE

Novo órgão de cooperação

Após a formação de blocos regionais entre países da América Latina resultou numa nova organização: a Associação de Estados do Caribe (AEC), aprovada na Convenção de Barbados de 4 de julho passado, em uma reunião de cúpula que reuniu 25 chefes de Estado nesta ilha. O acordo prevê a criação de um órgão de consulta, intercâmbio e cooperação que terá como objetivo de longo prazo o estabelecimento de um espaço econômico ampliado na chamada Grande Bacia do Caribe e servirá também para unificar posições políticas.

A idéia surgiu dentro da Comunidade do Caribe (Caricom), uma entidade integrada pelos 13 países insulares anglófonos e teve um desenvolvimento inédito por sua velocidade. A iniciativa do ex-primeiro-ministro da Jamaica, Michael Manley, lançada em meados de 1993, foi rapidamente adotada pelo Grupo dos Três (G-3), integrado pelas nações continentais mais poderosas da região: México, Colômbia e Venezuela. O G-3 propôs ampliar os objetivos da AEC no sentido de formar um espaço de livre comércio em toda a bacia caribenha.

A nova zona econômica engloba 202 milhões de habitantes, com um Produto Interno Bruto (PIB) de 508 bilhões de dólares, com um balanço de mais de 80 bilhões em exportações e 101 bilhões de dólares em importações.

Alguns especialistas que acompanharam o rápido processo de formação do minibloco alertaram sobre a possibilidade de que se trate de um tubo de ensaio destinado a projetar a influência do Nafta (área de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e México) na América Central e do Sul.

As ilhas de Guadalupe, Martinica e a Guiana Francesa — enclaves coloniais da França no Caribe — entrarão na AEC na qualidade de membros associados, não plenos. Essa mesma condição terá Porto Rico e a as Ilhas Virgens, anexadas pelos Estados Unidos.

ANGOLA

A guerra recrudesce

O cerco à estratégica cidade de Cuito, no centro do país, mantido pelas forças da Unita (União Nacional pela Independência Total de Angola), há mais de um ano e meio, produziu um saldo de pelo menos 15 mil mortos e a situação pode piorar se não houver uma urgente intervenção da ONU.

Segundo as últimas informações das organizações humanitárias que atuam no país, em especial da Cruz Vermelha, Oxfam e Save the Children, se a ONU não intervir para impedir a matança em Angola, as perdas de vidas humanas podem chegar aos níveis de 1993, ou seja, quase mil por dia. Os combates mais intensos se dão atualmente na periferia de Cuito, defendida pelo governante Movimento para a Libertação de Angola (MPLA).

“Os rebeldes avançaram



As perdas de vidas humanas podem chegar a mil por dia

até a periferia da cidade e agora combatem corpo a corpo com as tropas do MPLA”, afirma um relatório da Oxfam tornado público em Londres em fins de junho. Fontes diplomáticas angolanas na Europa informaram que a Unita enfrenta o governo em outras seis frentes, entre elas o enclave de Cabinda, situado entre Zaire e Congo, rico em petróleo, cuja exportação rende três bilhões de dólares ao ano. “A tomada de Cabinda seria um triunfo estratégico para a Unita, que já controla outras regiões ricas em diamantes, o que lhe permite financiar os gastos com a guerra”, revelou essa fonte diplomática.

Em novembro de 1992, o governo do MPLA convocou eleições reconhecidas internacionalmente como livres e limpas, nas quais saiu vencedor o atual presidente José Eduardo dos Santos. No mês seguinte o líder da Unita, Jonas Savimbi, que ficou em segundo lugar na disputa, anunciou que não reconheceria o resultado e lançou uma ofensiva militar que dura até hoje. Desde então, o conflito já custou a vida de 500 mil pessoas, segundo cálculos de organizações humanitárias.

ETIÓPIA

De novo, a ameaça da fome

A dez anos da terrível fome que assolou este país do Chifre da África, uma grande escassez de alimentos ameaça novamente boa parte da população e as mortes por inanição começaram a se multiplicar. Cerca de sete milhões de etíopes estão ameaçados de morrer de fome e pode haver uma repetição da catástrofe de 1984, se não houver uma enérgica reação internacional para evitá-la.

A denúncia foi feita em Londres por Robert Hayward, diretor do *Christian Aids*, um programa humanitário internacional com sede na Inglaterra. Segundo Hayward, que visitou a Etiópia em fins de junho, um grande número de pessoas das províncias do norte do país emigraram em busca de alimentos e água potável devido à seca. “Milhões de homens, mulheres e crianças já têm a morte por inanição marcada em seus rostos e morrerão se

não fizermos algo para evitar essa tragédia”, afirmou.

Fontes diplomáticas etíopes informaram que, entre os meses de abril e maio passados, morreram cinco mil pessoas de fome e somente nas duas primeiras semanas de junho houve 260 vítimas fatais, das quais 50% eram crianças.

Ao contrário do que ocorreu em meados da década de 80, quando a fome — conseqüente da guerra e dos deslocamentos forçados, que obrigaram a população a abandonar as áreas férteis — ma-

tou milhares de etíopes, a atual ameaça é produto da seca e da falta de políticas agrícolas adequadas.

Especialistas no assunto estimam que este país africano vive uma crise alimentar estrutural, herança de duas décadas em que a guerra e as adversidades do clima se somaram aos desacertos governamentais para controlar o déficit da produção agrícola.



Novamente o mundo se vê chocado pelas degradantes imagens das crianças etíopes morrendo de inanição

CORÉIA

O fantasma da bomba

Um dos principais temores das potências ocidentais – a falta de controle sobre a disseminação de bombas atômicas no pós- Guerra Fria – foi colocado em evidência com a atual crise em torno do programa nuclear da Coreia do Norte.

Desde que o governo de Piongueianguê decidiu desligar-se da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) – órgão da ONU que fiscaliza o Tratado de Não-Proliferação Nuclear – o fantasma da eclosão de um conflito com este tipo de armamento voltou a rondar o mundo.

A decisão da Coreia do Norte de não permitir a fiscalização do seu programa nuclear por técnicos da AIEA foi considerada uma ameaça pelos Estados Unidos, já que há algum tempo circulam insistentes rumores sobre o desenvolvimento, ainda em caráter experimental, de armas atômicas na usina norte-coreana de Ionguibiom.

Em retaliação, o governo de Bill

Clinton chegou a cogitar pedir ao Conselho de Segurança da ONU a adoção de sanções econômicas

contra o regime norte-coreano, intenção apoiada pela França e Japão. Porém, Washington esbarrou na oposição da Rússia, que defendia antes de tudo a convocação de uma conferência internacional, e, principalmente, na da China, aliada histórica da Coreia



Kim Jong Il, filho de Kim Il Sung, é o chefe do programa nuclear

do Norte, com quem compartilha um parte da fronteira. “As sanções só exarcebariam o confronto”, disse em Beijing Shen Guofang, porta-voz do Ministério do Exterior chinês.

Apesar do tom agressivo adotado pela Coreia do Norte – ameaçando arrasar a Coreia do Sul, se houvesse uma segunda guerra na península, e punir o Japão, se apoiasse as sanções econômicas –, o governo de Kim Il-Sung, aparentemente, decidiu flexibilizar sua posição.

Isso ficou claro após a visita do ex-presidente Jimmy Carter à Coreia do Norte, onde obteve a promessa de que o governo permitirá a inspeção de suas instalações nucleares. Ao regressar aos Estados Unidos, Carter afirmou que Piongueianguê aceita congelar, mas não suspender o seu programa nuclear. “Não vejo como exigir que não tenham programa nuclear”, declarou.

A crise parece agora encaminhar-se para uma solução diplomática, mas serviu para reacender o debate sobre uma questão crucial: o que fazer para controlar a disseminação e, pior ainda, o contrabando de material atômico com fins bélicos.

RUANDA

Denúncia compromete franceses

Denúncia feita pelo principal jornal belga de que dois militares franceses teriam sido os responsáveis pelo assassinato dos presidentes de Ruanda e Burundi, em abril passado, desvelou a ponta de um iceberg cuja extensão ainda é difícil de avaliar.

Segundo a reportagem, publicada em meados do mês passado por *Le Soir*, os dois franceses estariam a serviço de ultranacionalistas hutus contrários à divisão do poder com a minoria tútsi. O presidente Juvenal Habyarimana, assassinado junto com seu colega do Burundi, Cyprien Ntaryamira, também pertencia ao grupo étnico majoritário hutu, mas aceitava a divisão do governo com os tútsis como única saída para salvar o país.

O atentado se deu precisamente quando Habyarimana voltava da Tanzânia, acompanhado de Ntaryamira, onde havia ido negociar a formação de um governo de transição com a minoria tútsi.

O jornal belga afirma que apenas quatro dirigentes hutus da Coalizão Ruandesa para a Defesa da República, que teriam contratado os dois militares, estavam a par

do complô. “Esses dois franceses haviam deixado Ruanda em dezembro e voltaram em fevereiro. Embora circulassem normalmente a paisana, foram reconhecidos quando deixaram o local de onde

derrubaram o avião presidencial, vestidos com uniformes belgas”, garantiu o periódico.

Esse último detalhe explicaria porque após o crime os hutus passaram a perseguir cidadãos belgas, o que resultou na morte de dez pára-quedistas desse país, destacados para proteger a primeira-ministra Agathe Uilingimana, também assassinada.

O jornal belga descreveu com detalhes como teria sido realizado o crime. “Os tiros foram disparados de um lugar próximo à base militar de Kanombe, conhecida como Massaka, onde estava a guarda presidencial. Nos três dias seguintes à derrubada do avião, todas as possíveis testemunhas, inclusive soldados hutus, foram mortas. Só aí mais de oito mil pessoas perderam a vida.”

A versão do jornal desmente as informações divulgadas em Ruanda, que acusavam os rebeldes da Frente Patriótica de Ruanda – integrada por membros da minoria tútsi – e soldados belgas da Força de Paz das Nações Unidas, pela morte de Habyarimana e Ntaryamira.

NÃO-ALINHADOS

Hora de definições

Uma maior ênfase nas questões econômicas, a reivindicação de reestruturar as Nações Unidas e um pedido de redução ou cancelamento da dívida externa dos países em desenvolvimento estão entre as principais conclusões da reunião de chanceleres do Movimento dos Não-Alinhados, realizada no Cairo em fins de maio.

Em seu primeiro grande encontro nos últimos dois anos, o Movimento dos Não-Alinhados procurou definir políticas que lhe dêem maior peso nos assuntos internacionais. "A organização está atualmente numa encruzilhada. Esta reunião é uma boa oportunidade para redefinir o seu papel no mundo de hoje", ponderou Vladimir Petrovsky, vice-secretário geral da ONU, antes da abertura do evento.

Ao longo de quatro dias, a análise das questões econômicas dominou as discussões, que contaram com a participação de chanceleres de 85 países. O documento final assinalou que as novas regras surgidas com a conclusão da Rodada Uruguaí do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) deveriam se traduzir em um "aumento do acesso

ao mercado, na expansão do comércio mundial e no incremento do emprego em todo o mundo, em particular nos países em desenvolvimento". A conferência lembrou também que um estudo da ONU sobre a cooperação Sul-Sul concluiu que o Norte deveria cancelar ou reduzir a dívida oficial das nações em desenvolvimento e tomar "uma atitude urgente" em relação à dívida comercial.

Outro tema amplamente debatido foi a reestruturação das Nações Unidas. "O poder de veto que garante um papel dominante para os membros permanentes do Conselho de Segurança vai contra os propósitos democráticos da ONU e deve ser revisado", afirma o documento final.

O momento mais marcante da conferência talvez tenha sido a aceitação da África do Sul como membro pleno. "Esta é uma ocasião muito emocionante para nosso povo e expressamos nosso sincero apreço pelo interesse dos não-alinhados durante os obscuros tempos do *apartheid*", manifestou o chanceler sul-africano Alfred Nzo. Igualmente importante foi a designação da Colômbia para presidir os Não-Alinhados a partir de setembro de 1995. A última vez que América Latina ocupou a presidência do Movimento foi entre 1980 e 1983, quando Cuba foi escolhida para o cargo depois da Conferência realizada em Havana em 1979.

CURDOS

Alemanha no banco dos réus

A cada dia que passa, a questão curda vai ganhando contornos de problema político na Alemanha, país onde vivem 450 mil pessoas desse grupo étnico. Nos últimos meses, milhares de manifestantes têm protestado nas ruas de Bonn contra "a participação do governo alemão" na guerra que a Turquia trava contra o povo curdo.

As denúncias sobre as atrocidades cometidas pelo regime de Ancara contra a minoria curda não são novidade nos foros internacionais. Agora, no entanto, organizações não-governamentais puseram também a Alemanha no banco dos réus. "Nem se discute mais que os deslocamentos em massa dos curdos, após a queima de suas aldeias, as torturas e a guerra em si

são perpetradas com armas alemãs. A questão é o *montante* da ajuda militar, no passado e hoje, fornecida à Turquia desde 1964", afirmou Karin Leukefeld, representante do Comitê de Solidariedade com o Curdistão, sediado na Alemanha.

Segundo um recente relatório da Anistia Interna-

cional, entre 1990 e 1991 a Alemanha forneceu àquele país 100 mil lança-granadas antitanques, 300 tanques BTR-60, mais de 250 mil metralhadoras Kalachnikov e 450 milhões de unidades de munições, entre outras peças.

A utilização de armamento alemão contra os cur-

dos foi denunciada também pela representante do movimento católico internacional Pax Christi, Ingrid Roessel-Marxsen, que comprovou o fato *in loco*. "Estive na Turquia e vi caminhões e armamento alemão sendo usados pelas tropas turcas na guerra. Também tive oportunidade de conversar com representantes de organizações humanitárias em Ancara. Eles nos contaram que as violações aos direitos humanos aumentaram tanto, que agora os relatórios passaram a ser mensais, em vez de anuais."

Nos dez anos que dura a guerra do governo de Ancara contra os curdos, foram assassinadas mais de 12 mil pessoas, 800 aldeias foram destruídas e mais de 1,7 milhão de pessoas tiveram que abandonar seus lares, segundo a União para a Proteção da Cultura Curda, com sede em Bonn.



Curdos organizam protesto em Hamburgo